

Carmen Tiburcio

EXTENSÃO E LIMITES DA JURISDIÇÃO BRASILEIRA

Competência Internacional e Imunidade de Jurisdição

2.^a edição
revista e atualizada

2019

 **EDITORA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Freddie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

T552e Tiburcio, Carmen.

Extensão e limites da jurisdição brasileira: competência internacional e imunidade de jurisdição / Carmen Tiburcio – Salvador: JusPODIVM, 2019.
496 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2929-3.

1. Direito internacional. 2. Jurisdição. 3. Competência internacional. 4. Imunidade de jurisdição. I. Tiburcio, Carmen. II. Título.

CDD 341.1

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À OBRA.....	13
------------------------	----

PARTE I

EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CIVIL COMO ATRIBUTO DA SOBERANIA: O ESTADO- -JUIZ.....	19
---	----

I. Notas Preliminares	19
I.1. Conceito de Jurisdição. Distinção entre Jurisdição e Competência	21
I.2. Natureza das Normas sobre o Exercício da Jurisdição.....	24
II. Regras sobre Fixação da Jurisdição.....	27
II. 1. Direito estrangeiro e comunitário.....	27
II.1.1. Bélgica	27
II.1.2. França.....	28
II.1.3. Itália	30
II.1.4. Portugal.....	30
II.1.5. Suíça	30
II.1.6. EUA.....	31
II.1.7. Argentina	34
II.1.8. México	34
II.1.9. Regulamentos Europeus.....	34
II.1.10. Código Modelo para Cooperação Interjurisdicional para Ibero- -América.....	36
II.2. Direito brasileiro	38
II.2.1. A Jurisdição Conforme o CPC.....	38
II.2.1.1. Evolução da Legislação Brasileira: da ICC ao CPC de 2015	38
II.2.1.2. Competência Concorrente e Competência Exclusiva	41
II.2.1.3. Competência Concorrente.....	42
II.2.1.3.1. Domicílio do Réu no Brasil	42

Existência de Vários Réus com Domicílios Distintos	45
Mudança de Domicílio	47
II.2.1.3.2. Cumprimento da Obrigação no Brasil	47
II.2.1.3.3. Ação que Decorra de Ato ou Fato Ocorrido no Brasil.....	56
Jurisdição para Litígios Relacionados à Internet.....	62
II.2.1.3.4. Filiais, Sucursais e Agências no Brasil.....	64
II.2.1.3.5. Novas Hipóteses de Competência Concorrente Previstas no CPC de 2015	72
Alimentos	72
Relações de Consumo	74
II.2.1.4. Competência Exclusiva.....	77
II.2.1.4.1. Ações Relativas a Imóveis no Brasil.....	77
Demandas Abrangidas.....	79
Bens Imóveis Situados Fora do Território Nacional.....	86
Arbitragem Relativa a Imóveis.....	90
II.2.1.4.2. Inventário e Partilha de Bens no Brasil	91
Inventário e Partilha <i>Inter Vivos</i>	91
i. CPC de 1973	91
ii. CPC de 2015	93
Inventário e Partilha <i>Causa Mortis</i>	94
i. CPC de 1973	94
ii. CPC de 2015	100
II.2.2. Outras Hipóteses de Exercício da Jurisdição não Previstas Expressamente no CPC.....	102
II.2.2.1. Enumeração Taxativa ou Não Taxativa.....	102
II.2.2.2. Normas sobre Competência Interna e Jurisdição.....	107
II.2.2.3. Hipóteses de Exercício de Jurisdição Previstas em Tratados em Vigor no Brasil.....	111
II.2.2.3.1. Regras Relativas ao Direito de Família	112
II.2.2.3.2. Regras sobre Transportes e Indenização por Poluição	115
II.2.2.3.3. Regras do Protocolo de Buenos Aires.....	117
II.2.2.4. Hipóteses Específicas de Exercício de Jurisdição.....	118
II.2.2.4.1. Jurisdição em Contratos de Seguro.....	118
II.2.2.4.2. Jurisdição em Matéria Trabalhista.....	120
II.2.2.4.3. Jurisdição em Contratos Envolvendo o Estado	122
II.2.2.4.4. Jurisdição para Litígios Falimentares	127

	Direito Internacional e Estrangeiro	127
	Direito Brasileiro.....	131
II.3.	Algumas Conclusões sobre as Regras que Fixam a Jurisdição	135
III.	As Concretizações de Princípios que Influenciam o Exercício da Atividade Jurisdicional: entre a Vontade das Partes, o Interesse da Boa Administração da Justiça e a Proteção do Indivíduo.....	137
III.1.	Os Principais Fundamentos do Exercício da Jurisdição: Proximidade, Soberania, Acesso à Justiça e Boa-Fé Processual.....	137
III.2.	A Vontade das Partes	145
III.2.1.	<i>Forum Shopping</i>	145
III.2.2.	Eleição de Foro.....	148
III.2.2.1.	A Acidentada História da Eleição de Foro.....	148
III.2.2.1.1.	Direito Convencional e Europeu.....	148
III.2.2.1.2.	Direito Estrangeiro	151
III.2.2.1.3.	Direito Brasileiro	156
III.2.2.2.	Os Efeitos da Eleição de Foro e Outras Polêmicas	168
III.2.2.2.1.	Eleição de Foro: Efeitos Positivos e Negativos	168
III.2.2.2.2.	Tipos de Cláusulas.....	169
III.2.2.2.3.	Autonomia da “Cláusula” de Eleição de Foro.....	172
III.2.2.2.4.	Lei Aplicável ao Acordo de Eleição de Foro	175
III.2.2.2.5.	Efeitos Processuais e Materiais	176
III.2.2.2.6.	Alcance Objetivo e Subjetivo do Acordo.....	177
III.2.2.2.7.	O Acordo de Eleição de Foro Induz à Lei Substantiva Aplicável?.....	179
III.2.3.	Convenção de Arbitragem	180
III.2.3.1.	Tratamento da Convenção de Arbitragem no Direito Brasileiro	181
III.2.3.2.	Autonomia da Convenção de Arbitragem e a Competência dos Árbitros para Decidir sobre sua Própria Competência.....	185
III.2.3.3.	Lei Aplicável à Convenção de Arbitragem: Validade Substancial.....	188
III.2.3.4.	A Validade Formal da Convenção de Arbitragem.....	190
III.2.3.5.	Alcance Objetivo e Subjetivo da Cláusula	193
III.3.	A Boa Administração da Justiça.....	196
III.3.1.	<i>Forum Non Conveniens</i>	196
III.3.1.1.	EUA	198
III.3.1.2.	Inglaterra	203
III.3.1.3.	Austrália	205

III.3.1.4. Outros Países.....	205
III.3.2. Efetividade	208
III.3.2.1. <i>Forum Non Conveniens</i> e Efetividade na Jurisprudência Brasileira.....	211
III.3.3. <i>Anti-Suit Injunction</i>	215
III.3.3.1. Reino Unido	216
III.3.3.2. Incompatibilidade com o Direito Comunitário	219
III.3.3.3. Direito Brasileiro.....	221
III.3.4. Jurisdição para Demandas Cautelares	223
III.3.4.1. <i>International Law Association</i>	224
III.3.4.2. União Europeia.....	224
III.3.4.3. Direito Estrangeiro	226
III.3.4.4. Direito Brasileiro.....	227
III.3.5. Reconvenção e Conexão.....	231
III.3.5.1. Reconvenção.....	232
III.3.5.2. Conexão.....	232
III.3.5.2.1. Efeito Positivo da Conexão	233
III.3.5.2.2. Efeito Negativo da Conexão.....	233
III.3.6. Litispendência e Coisa Julgada.....	234
III.3.6.1. Direito Internacional e Comunitário.....	235
III.3.6.2. Direito Estrangeiro	243
III.3.6.2.1. França	243
III.3.6.2.2. Itália.....	245
III.3.6.2.3. EUA	246
III.3.6.2.4. Argentina	247
III.3.6.2.5. Venezuela.....	247
III.3.6.3. Direito Brasileiro.....	247
III.3.6.3.1. Jurisprudência e Tratados em Vigor no País	252
III.4. Proteção do Indivíduo: Acesso à Justiça, Vedação à Denegação de Justiça e <i>forum necessitatis</i>	257

PARTE II

O ESTADO-PARTE E A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO: LIMITAÇÃO IMPOSTA AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL..... 261

I. Introdução.....	261
I.1. Noções Gerais.....	261
I.2. Tipos de Imunidade	265

I.3.	A Doutrina do <i>Act of State</i> e a Imunidade Jurisdicional	266
I.4.	Aplicação do Princípio da Imunidade de Jurisdição: Soberania do Estado Nacional e Soberania do Ente Estrangeiro.....	269
I.5.	Imunidade de Jurisdição e Acesso à Justiça.....	275
II.	Imunidade do Estado	281
II.1.	Conceito de Imunidade do Estado	281
II.2.	Extensão do Benefício	284
II.3.	Imunidade de Jurisdição	289
II.3.1.	Relativização do Princípio.....	289
III.3.1.1.	Imunidade Absoluta e Imunidade Relativa – <i>Acta Iure Gestionis</i> e <i>Acta Iure Imperii</i>	295
III.3.1.2.	Imunidade de Jurisdição nas Relações Trabalhistas	304
III.3.1.3.	Imunidade de Jurisdição em Litígios de Natureza Comercial.....	313
III.3.1.4.	Imunidade de Jurisdição em Atos Ilícitos.....	314
III.3.1.5.	A Imunidade de Jurisdição em Violações de Direitos Humanos	320
II.3.2.	Renúncia ao Benefício.....	323
II.3.2.1.	Quem Pode Renunciar ao Benefício	328
II.3.2.2.	A Doutrina Brasileira sobre a Imunidade do Estado Brasileiro no Exterior	329
II.3.2.3.	Conceito de Soberania no Direito Brasileiro.....	329
II.3.2.4.	Doutrina sobre Renúncia à Imunidade	331
II.3.3.	Arbitragem Internacional e Imunidade de Jurisdição.....	336
II.3.3.1.	Submissão da República Federativa do Brasil e da Administração Pública à Arbitragem no Exterior	344
II.4.	Imunidade de Execução	346
II.4.1.	Jurisprudência Estrangeira e Internacional.....	354
II.4.2.	Imunidade de Execução no Brasil.....	361
II.4.3.	Imunidade de Execução em Matéria Fiscal	364
II.4.4.	Renúncia à Imunidade de Execução.....	371
III.	Imunidades de Chefes de Estado, de Governo e de Ministros de Estado	373
III.1.	Noções Gerais.....	373
III.2.	O Caso Pinochet.....	381
III.2.1.	O Processo na Espanha	381
III.2.2.	O Processo de Extradicação de Pinochet	382
IV.	Imunidades dos Agentes Diplomáticos e Consulares	383
IV.1.	Dos Agentes Diplomáticos	384
IV.1.1.	Privilégios e Imunidades dos Agentes Diplomáticos	385

IV.1.1.1. Inviolabilidade dos Agentes Diplomáticos	387
IV.1.1.2. Imunidade jurisdicional dos Agentes Diplomáticos.....	388
IV.1.1.3. Isenção Fiscal dos Agentes Diplomáticos.....	393
IV.1.2. Renúncia à Imunidade.....	394
IV.1.3. Imunidade de Execução	395
IV.2. Dos Funcionários Consulares.....	397
IV.2.1. Imunidades dos Funcionários Consulares	398
IV.2.1.1. Inviolabilidade dos Funcionários Consulares.....	399
IV.2.1.2. Imunidade Jurisdicional dos Funcionários Consulares.....	400
IV.2.1.3. Isenção Fiscal dos Funcionários Consulares	402
IV.2.2. Renúncia à Imunidade	402
IV.2.3. Imunidade de Execução	402
IV.3. Imunidades dos Membros das Missões Especiais	403
IV.4. Algumas Considerações sobre as Imunidades Diplomáticas e Consulares	404
V. Imunidades das Organizações Internacionais e dos Funcionários Internacionais ...	404
V.1. Conceito e Fundamentos	404
V.2. Imunidade de Jurisdição	406
V.2.1. Imunidade dos Organismos Internacionais.....	406
V.2.2. Imunidade do Pessoal a Serviço das Organizações Internacionais	414
V.2.3. Imunidade das Missões junto a Organismos Internacionais	418
V.3. Imunidade de Execução	421
VI. Imunidade de Navios e Aeronaves Estrangeiros.....	422
VI.1. Noções Gerais.....	422
VI.2. Os Navios em Alto-Mar	424
VI.3. Navios Públicos em Águas Estrangeiras	426
VI.4. Navios Privados em Águas Estrangeiras	430
VI.5. Imunidade de Aeronaves	431
VII. Imunidade das Tropas Estrangeiras em Território Local	433
CONSIDERAÇÕES FINAIS	439
Síntese das Ideias Apresentadas.....	439
Conclusões: Críticas e Perspectivas	463
REFERÊNCIAS.....	467